

DECISÕES E SOLUÇÕES – CONSULTORES FINANCEIROS, LDA

RELATÓRIO E CONTAS
31 de dezembro de 2017

ÍNDICE DO RELATÓRIO E CONTAS

RELATÓRIO DE GESTÃO	3
BALANÇO	4
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	5
ANEXO	6

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exmos. Sócios,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, vem a Gerência da Decisões e Soluções – Consultores Financeiros, Lda, submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão da atividade e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Atividade da Sociedade em 2017

Durante o ano de 2017 a empresa desenvolveu a sua atividade normal de consultoria financeira resultando do decurso dessa atividade um volume de negócios na ordem de 2,9 Milhões de Euros, valor este que representa um aumento de aproximadamente 68% face ao ano anterior.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

Perspetivas para o exercício de 2018

Apesar da conjuntura económica desfavorável, estamos confiantes que as atividades a desenvolver no futuro permitirão o normal desenvolvimento da empresa.

Considerações Finais

Cumpre, ainda, informar que não existiam, à data do encerramento das contas, dívidas em mora perante a Segurança Social.

Face à Autoridade Tributária existe um processo em execução fiscal referente a IVA, processo esse que se encontra atualmente a ser regularizado através do plano prestacional PERES.

Proposta de Aplicação dos Resultados

O resultado líquido do exercício foi positivo em 146.009,84 Euros, pelo que propomos a seguinte aplicação:

- Resultados transitados 146.009,84 Euros

Vila Nova de Gaia, 20 de Março de 2018

A Gerência



BALANÇO

DECISÕES E SOLUÇÕES - CONSULTORES FINANCEIROS, LDA
 BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2017	31.12.2016
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	6	868 811,26	890 470,57
Créditos e outros ativos não correntes	5	238 480,73	238 480,73
		1 107 291,99	1 128 951,30
Ativo corrente			
Clientes	7	88 782,15	64 120,79
Estado e outros entes públicos	8	1 783 438,01	1 707 242,38
Outros créditos a receber	9	202 984,98	5 617,94
Caixa e depósitos bancários	4	168 421,02	38 213,98
		2 243 626,16	1 815 195,09
Total do Ativo		3 350 918,15	2 944 146,39
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	10	15 000,00	15 000,00
Reservas legais	11	3 000,00	3 000,00
Resultados transitados		616 834,54	586 642,47
Resultado líquido do período		146 009,84	30 192,07
Total do Capital Próprio		780 844,38	634 834,54
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		657 529,86	657 529,86
Financiamentos obtidos	12	327 560,17	377 562,14
		985 090,03	1 035 092,00
Passivo corrente			
Fornecedores	13	45 045,54	64 997,38
Adiantamentos de clientes		493 028,87	119 411,13
Estado e outros entes públicos	8	54 500,94	11 381,34
Financiamentos obtidos	12	49 339,01	48 676,05
Diferimentos	15	314 875,50	385 230,06
Outros passivos correntes	14	628 193,88	644 523,89
		1 584 983,74	1 274 219,85
Total do Passivo		2 570 073,77	2 309 311,85
Total do Capital Próprio e do Passivo		3 350 918,15	2 944 146,39

A Gerência

Paul. Lito

O Contabilista Certificado

Jorge Macedo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DECISÕES E SOLUÇÕES - CONSULTORES FINANCEIROS, LDA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FNDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	16	2 916 901,36	1 729 292,53
Fornecimentos e serviços externos	17	-2 654 945,00	-1 601 466,03
Gastos com pessoal	18	-50 916,69	-61 273,88
Outros rendimentos	16	9 450,97	25 250,00
Outros gastos	19	-6 941,04	-12 777,31
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		213 549,60	79 025,31
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-21 659,31	-35 700,35
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		191 890,29	43 324,96
Juros e gastos similares suportados	20	-4 269,29	-5 141,64
Resultado antes de impostos		187 621,00	38 183,32
Imposto sobre rendimento do período	21	-41 611,16	-7 991,25
Resultado liquido do período		146 009,84	30 192,07

A Gerência



O Contabilista Certificado



ANEXO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da entidade

A Decisões e Soluções – Consultores Financeiros, Lda. é uma sociedade por quotas, com sede em Vila Nova de Gaia, distrito do Porto, constituída em 2003, e tem como atividade principal a Consultoria de Crédito.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da entidade foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF – PE) adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

A Gerência



Pág. 6

O Contabilista Certificado



g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da entidade são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubrica	Vida útil	Taxas
Edifícios e Outras Construções	5 a 100 anos	2% a 20%
Equipamento Administrativo	4 a 8 anos	12,5% a 25%

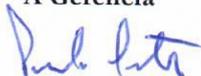
As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A Gerência



Pág. 7

O Contabilista Certificado



A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 3.2. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.4. Imposto sobre o rendimento

A entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 15.000 euros, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da entidade do exercício em análise ainda poderão estar sujeitas a revisão. A Administração da entidade entende, todavia, que eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de imposto não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos.

3.5. Clientes e outros valores a receber

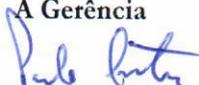
As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa e depósitos à ordem em bancos. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.7. Capital social

As quotas são classificadas em capital próprio.

A Gerência


O Contabilista Certificado


3.8. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços. Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.10. Julgamentos e Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber; e iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.11. Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A entidade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, desde que materialmente relevante, deve ser reconhecida, sendo-o como um gasto financeiro.

4. Fluxos de Caixa

Os meios financeiros (discriminados no quadro abaixo) encontram-se disponíveis para uso.

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	31.12.2017		31.12.2016	
	Quantias disponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Totais
Depósitos bancários:				
Depósitos à ordem	168 421,02	168 421,02	38 213,98	38 213,98
Totais	<u>168 421,02</u>	<u>168 421,02</u>	<u>38 213,98</u>	<u>38 213,98</u>

5. Participações Financeiras – Outros Métodos / Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as rubricas apresentavam os seguintes saldos:

	31.12.2017	31.12.2016
Participações Financeiras - Outros Métodos		
DeS Brasil	4 209,28	4 209,28
	<u>4 209,28</u>	<u>4 209,28</u>
Empréstimo Concedidos	<u>234 271,45</u>	<u>234 271,45</u>

6. Ativos Fixos Tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

31 de Dezembro 2017	Saldo Inicial 1.01.2017	Aumentos	Alienações	Transf. Abates	Revaloriz.	Saldo Final 31.12.2017
Custo:						
Edifícios e outras construções	983 675,00					983 675,00
Equipamento administrativo	567 022,93					567 022,93
Outros activos fixos tangíveis	12 363,27					12 363,27
	<u>1 563 061,20</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>1 563 061,20</u>
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções	118 041,00	14 755,12				132 796,12
Equipamento administrativo	554 549,64	6 904,19				561 453,83
	<u>672 590,64</u>	<u>21 659,31</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>694 249,95</u>
Valor Líquido	<u>890 470,57</u>					<u>868 811,26</u>

31 de Dezembro 2016	Saldo Inicial 1.01.2016	Aumentos	Alienações	Transf. Abates	Revaloriz.	Saldo Final 31.12.2016
Custo:						
Edifícios e outras construções	983 675,00					983 675,00
Equipamento administrativo	567 022,93					567 022,93
Outros activos fixos tangíveis	12 363,27					12 363,27
	<u>1 563 061,20</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>1 563 061,20</u>
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções	101 821,50	16 219,50				118 041,00
Equipamento de transporte						0,00
Equipamento administrativo	535 068,79	19 480,85				554 549,64
	<u>636 890,29</u>	<u>35 700,35</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>672 590,64</u>
Valor Líquido	<u>926 170,92</u>					<u>890 470,57</u>

7. Clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	31.12.2016			31.12.2015		
	Clientes gerais	Grupo / relacion.	Total	Clientes gerais	Grupo / relacion.	Total
Clientes						
Clientes conta corrente	343.665,71		343.665,71	23.950,00		23.950,00
	<u>343.665,71</u>	<u>0,00</u>	<u>343.665,71</u>	<u>23.950,00</u>	<u>0,00</u>	<u>23.950,00</u>
Perdas por imparidade acumuladas			0,00			0,00
	<u>343.665,71</u>	<u>0,00</u>	<u>343.665,71</u>	<u>23.950,00</u>	<u>0,00</u>	<u>23.950,00</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não foram reconhecidas quaisquer “Perdas por imparidade acumuladas de clientes”.

8. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Estado e Outros Entes Públicos”, no ativo e no passivo, tinha a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)		
Processos Fiscais (IVA)	1 783 438,01	1 713 049,61
	<u>1 783 438,01</u>	<u>1 713 049,61</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	32 941,40	5 807,23
Retenções Impostos sobre o Rendimento (IRS)	658,00	811,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	19 858,46	9 355,83
Segurança Social	1 043,08	1 214,51
	<u>54 500,94</u>	<u>17 188,57</u>

9. Outras Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Outras Conta a Receber” tinha a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Outras Contas a Receber		
Devedores por acréscimos Rendimentos	48 680,65	
Devedores Diversos	151 581,57	4 659,65
Saldos Devedores Fornecedores	2 722,76	958,29
	<u>202 984,98</u>	<u>5 617,94</u>
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
	<u>202 984,98</u>	<u>5 617,94</u>

10. Capital Social

O saldo em 31 de dezembro de 2017 e de 2015, de 15.000 Euros, corresponde ao valor nominal do capital social, representado por 2 quotas, uma de valor 13.500 Euros e outra no valor de 1.500 Euros.

11. Reserva Legal

De acordo com a legislação vigente, a entidade é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou ser incorporada no capital.

12. Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Financiamentos” tinha a seguinte composição:

Financiamentos Obtidos	31.12.2017			31.12.2016		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Locações financeiras	327 560,17	49 339,01	376 899,18	377 562,14	48 676,05	426 238,19
	<u>327 560,17</u>	<u>49 339,01</u>	<u>376 899,18</u>	<u>377 562,14</u>	<u>48 676,05</u>	<u>426 238,19</u>

Locações

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a entidade utilizava os seguintes tipos de bens adquiridos em locação financeira:

Bens adquiridos com recurso a locação financeira	31.12.2017		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Edifícios e outras construções	983 675,00	132 796,12	850 878,88
	<u>983 675,00</u>	<u>132 796,12</u>	<u>850 878,88</u>

Bens adquiridos com recurso a locação financeira	31.12.2016		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Edifícios e outras construções	983 675,00	118 041,00	865 634,00
	<u>983 675,00</u>	<u>118 041,00</u>	<u>865 634,00</u>

Os Edifícios e Outras Construções são constituídos pela Sede da entidade e por dois escritórios em Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os planos de reembolso de dívida da empresa, referente a locações financeiras, detalham-se como segue:

Plano de reembolso	31.12.2017	31.12.2016
Menos de um ano	49 339,01	48 676,05
1 a 5 anos	246 695,05	243 380,25
Mais de 5 anos	80 865,12	134 181,89
	<u>376 899,18</u>	<u>426 238,19</u>

13. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	31.12.2017			31.12.2016		
	Gerais	Grupo / relacion.	Total	Gerais	Grupo / relacion.	Total
Fornecedores						
Fornecedores conta corrente	45 045,54		45 045,54	64 997,38		64 997,38
	<u>45 045,54</u>	<u>0,00</u>	<u>45 045,54</u>	<u>64 997,38</u>	<u>0,00</u>	<u>64 997,38</u>

14. Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Outras Conta a Pagar” tinha a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Outras Contas a Pagar		
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	5 643,00	
Outros	267 350,99	19 016,77
Credores Diversos	355 199,89	625 507,12
	<u>628 193,88</u>	<u>644 523,89</u>

15. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Diferimentos”, tinha a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Diferimentos (Passivo)		
Rendimento a Reconhecer		
Diferimentos Contratos Agência	314 875,50	385 230,06
	<u>314 875,50</u>	<u>385 230,06</u>

16. Vendas e Prestação de Serviços e Outros Rendimentos e Ganhos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Vendas e Prestação de Serviços” e “Outros Rendimentos e Ganhos” tinham a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Prestação de serviços		
Contratos de Agência	229 185,12	328 937,45
Aconselhamento Financeiro	65 703,29	39 558,47
Angariação de Negócios	885 949,77	305 414,49
Comissões Seguros	1 474 996,27	1 055 382,12
Compensação Agentes	261 066,91	
	<u>2 916 901,36</u>	<u>1 729 292,53</u>

A Gerência




	31.12.2017	31.12.2016
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos Suplementares - Rev. Contratos		5 000,00
Correcções de exercícios anteriores	645,13	
Outros	8 805,84	20 250,00
	<u>9 450,97</u>	<u>25 250,00</u>

17. Fornecimento e Serviços Externos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os principais valores que compunham a rubrica de "Fornecimento e Serviços Externos" eram os seguintes:

	31.12.2017	31.12.2016
Fornecimentos e Serviços Externos		
Subcontratos	2 628 033,78	1 566 167,81
Outros	26 911,22	35 298,22
	<u>2 654 945,00</u>	<u>1 601 466,03</u>

18. Gastos com Pessoal

A repartição dos "Gastos com o pessoal" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	31.12.2017	31.12.2016
Gastos com Pessoal		
Remunerações Pessoal	39 691,38	49 336,25
Encargos sobre remunerações	10 865,50	11 264,21
Seguros Acidentes trabalho	359,81	673,42
	<u>50 916,69</u>	<u>61 273,88</u>

O número médio de empregados da entidade no exercício de 2016 foi 2 e no exercício de 2015 foi 2.

19. Outros Gastos e Perdas

Os "Outros gastos e perdas", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Outros gastos e perdas		
Impostos Diretos	2 007,30	2 013,54
Imposto Único de Circulação		108,95
Impostos Indiretos	2 721,74	5 795,32
Taxas	1 575,88	1 559,92
Descontos de Pronto Pagamento	5,00	
Outros	631,12	3 299,58
	<u>6 941,04</u>	<u>12 777,31</u>

20. Juros e Gastos Similares Suportados

Os “Juros e Gastos Similares Suportados”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram como segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Juros e rendimentos similares suportados		
Juros Suportados	4 269,29	5 141,64
	<u>4 269,29</u>	<u>5 141,64</u>

21. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento, nos exercícios de 2017 e 2016, tinha a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Imposto sobre o rendimento		
Imposto Corrente	41 611,16	7 991,25
	<u>41 611,16</u>	<u>7 991,25</u>

A reconciliação entre Resultado antes de impostos e Imposto a pagar era a seguinte em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	31.12.2017	31.12.2016
Resultado antes de Impostos	187 621,00	38 183,32
Valores a acrescer	629,27	
Valores a deduzir	-645,13	
Lucro/Prejuízo Fiscal	187 605,14	38 183,32
Matéria Colectável	187 605,14	38 183,32
Colecta	38 797,08	7 418,50
Deduções à colecta		
IRC liquidado	38 797,08	7 418,50
Derrama	2 814,08	572,75
Tributação autónoma		
Imposto a pagar	41 611,16	7 991,25
Arredondamento de estimativa		
Imposto corrente	<u>41 611,16</u>	<u>7 991,25</u>

22. Eventos Subsequentes

Não há factos relevantes a relatar.

23. Data de Autorização para emissão

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Gerência em 20 de Março de 2018.

A Gerência

O Contabilista Certificado